



Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis - ANGRAPREV
Conselho Deliberativo de Administração - CONSAD

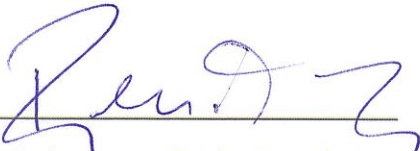


ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSAD
Nº 03 – 20/03/2026


Às 14:18h (quatorze horas e dezoito minutos) do dia 20 de março 2026, na sede do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV, demos início à 3ª reunião ordinária do Conselho de Administração no ano de 2026, estando presentes os membros do CONSAD, designados pelo decreto do Poder Executivo Municipal nº 14.574/2025, o Presidente do Instituto Sr. Carlos Renato Pereira Gonçalves, membro nato e os membros titulares Sr(s) Natália Cristine Dourado Rodrigues, Mayara do Nascimento Rosa, Charlson Haroldo S. Rodrigues, Mauro Ribeiro Garcia, André Gonçalves Malcher, Jorge Batista Fernandes e Daniele Oliveira Brandao de Souza. Reuniram-se na sala de reuniões deste Instituto com o objetivo de discutir e analisar a seguinte pauta: **1 – FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DE GESTÃO: 1.1 – Examinar as atas das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos; 1.2 – Acompanhar a execução dos investimentos; 1.3 – Aprovar Relatório de Investimento mês fevereiro/2026; 1.4 – Aprovar Cronograma Mensal das Atividades – 2026 Gestão de Investimentos. 2 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: 2.1 – Desmembramento das Demonstrações Financeiras dos meses de janeiro e fevereiro/2026; 2.2– Ciência do Orçamento Anual 2026; 3 – RELATÓRIOS: 3.1 – Gestão Financeira; 3.2 – Pensões e Aposentadorias concedidas em fevereiro/2026; 3.3 – Aprovação do Relatório de Governança 4º Trimestre 2025; 3.4 – Aprovação do Relatório de Auditoria 001/2026 - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO.** A presente reunião tratou de repassar ainda os informes mensais. Iniciada a reunião, o Diretor-Presidente do Instituto, Sr. Carlos Renato, cumprimenta a todos e passa a palavra a Secretária do Conselho, Sra. Mayara Rosa, e esta dá andamento a pauta da reunião. No 1º item da pauta foram apreciadas as atas da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos. Iniciamos a apreciação de 01 (uma) ata da reunião da Diretoria Executiva, realizada em 27 de fevereiro de 2026 (ata de nº 02/2026), a qual versou sobre: Cronograma de Educação Previdenciária e Informes Gerais. Em sequência foi apreciada uma ata de Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 24 de fevereiro de 2026 (ata de nº 02/2026) onde versou sobre: Acompanhar as modificações normativas e regimentais do ANGRAPREV, da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Investimentos; Avaliar eventual necessidade de alteração do Regimento Interno do Conselho; Tomar conhecimento das atas do Comitê de Investimentos; Acompanhar a execução dos investimentos realizados no período; Examinar as aquisições e contratações do ANGRAPREV, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade; Tomar conhecimento da venda de ativos móveis e imóveis do ANGRAPREV e o atendimento e requisitos legais; Conhecer os Relatórios de Auditoria e Conformidade da área de Controladoria Interna; Acompanhar pendências demandadas pelo Conselho; Verificar o cumprimento das Resoluções do CONSAD; Reunir com a Controladoria Interna; e INFORMES e/ou ASSUNTOS RELEVANTES. Em sequência foram apreciadas três atas de reuniões do Comitê de Investimentos, realizadas nos dias 06 e 23 de fevereiro de 2026 e 06 de março de 2026 (atas de nº 03/2026, 04/2026 e 05/2026, respectivamente), as quais versaram sobre: Aquisições de novos TPF; Revisão da carteira de renda fixa; Aplicação em fundo de renda variável; Destinação do valor advindo do cupom de Títulos Públicos Federais (NTN-Bs); Registro complementar à Ata nº 03/2026; Execução parcial das deliberações relativas à aquisição de Títulos Públicos Federais (NTNBs); Renovações de credenciamentos com Instituições Financeiras; Registro da aquisição de Títulos Públicos Federais (NTN-Bs); Monitoramento do fundo BB BOLSAS ASIÁTICAS EX-JAPÃO BDR e enquadramento regulamentar; Avaliação da implementação de rotina de divulgação de custos dos investimentos; e Qualidade e tempestividade no envio da informações por instituições financeiras. Passando para os **subitens 1.2, 1.3 e 1.4**, o Sr. Matheus Fernandes, Assessor de Investimentos e membro do Comitê de Investimentos, informou que os meses de janeiro e fevereiro apresentaram resultados satisfatórios. Aproveitou para explicar que as aplicações e os resgates realizados consistem em realocações internas de recursos, ou seja, os valores são resgatados de um fundo para serem aplicados em outro. Como exemplo, citou o resgate de um fundo de renda variável para aquisição de um título público. Diante do exposto, o Conselheiro Jorge Fernandes questionou se, ao realizar a realocação de recursos entre diferentes carteiras, haveria perda de investimento ou redução percen-

tual, considerando que a migração ocorre para uma carteira com regulamentação distinta. Em resposta, o Sr. Matheus esclareceu que a carteira é a mesma, somente os fundos que são diferentes e que não há perdas, uma vez que todas as movimentações são previamente analisadas. Destacou ainda que as decisões são tomadas com base em estudos técnicos, buscando sempre o melhor momento para venda e realocação, de forma a evitar prejuízos. Esclareceu, ainda, que o Relatório de Investimentos não foi apresentado na reunião em razão de sua reestruturação, visando adequação à estratégia definida pelo Comitê. Informou que o novo modelo será apresentado oportunamente, acompanhado das devidas explicações, sendo necessário, inclusive, que o relatório de janeiro de 2026 seja novamente assinado em razão da atualização do sistema. Por fim, foi apresentado o cronograma das atividades da área de investimentos para 2026, contemplando a organização das rotinas, definição de prazos, responsabilidades e o cumprimento das obrigações junto aos órgãos de controle, com vistas ao fortalecimento da governança e da gestão dos recursos. Passando para o **Item 2** da pauta, tivemos a participação do Sr. Fernando de Moraes, Diretor de Contabilidade e Orçamento, onde apresentou as demonstrações financeiras referentes aos meses de janeiro e fevereiro, bem como o orçamento anual para 2026. Para o referido exercício, o Instituto trabalhará com um orçamento previsto de R\$ 386.192.000,00, com meta média mensal de R\$ 32.182.666,67. No primeiro bimestre de 2026, as arrecadações superaram as metas estabelecidas, atingindo 70,99% acima do previsto em janeiro e 12,97% em fevereiro. Também foi apresentado o comparativo da receita acumulada no primeiro bimestre de 2025 e 2026, destacando-se que, em 2026, houve um aumento de 654,81% nos retornos de investimentos e de 38,12% nas contribuições e demais receitas, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em sequência, foram analisados os dados do **item 3**, onde no **subitem 3.1** foram apresentados os dados relacionados a gestão financeira da competência fevereiro/2026, onde foi analisado os valores referentes a Taxa de Administração, Contribuições Previdenciárias, COMPREV, Parcelamento, Outras Indenizações, Rendimentos, Receitas e Despesas. Sobre a Taxa de administração, temos disponibilizado o valor total de R\$11.190.636,63 para uso no decorrer de 2026, até o mês de fevereiro foram utilizados 8,13% do valor anual, restando 91,87% para uso ao longo de 2026. Foi arrecadado em fevereiro o total de R\$36.357.166,25, sendo 53,56% de retorno de investimentos, 29,37% de contribuições regulares, 10,22% de aportes, 2,09% de parcelamentos, 2,43% de outras receitas, 2,10% de compensação previdenciária e 0,23% de contribuições de servidores afastados. Tivemos no mês de fevereiro o total de R\$21.416.562,40 de despesas, sendo 97,77% em pagamento de Benefícios Previdenciários (Aposentadorias e Pensões), 2,19% em Despesas Administrativas e 0,04% em Compensação Previdenciárias. Fechando o mês de fevereiro com o resultado financeiro positivo de R\$14.940.603,85. No **subitem 3.2** foi apresentado o quantitativo de benefícios de pensão e aposentadoria no mês de fevereiro de 2026, sendo 12 (doze) aposentadorias voluntárias, 02 (duas) aposentadorias por incapacidade permanente e 04 (quatro) pensões civis, totalizando até então a concessão de 36 (trinta e seis) benefícios. Seguindo para o **subitem 3.3**, a Sra. Mayara Rosa, Secretária do Conselho apresentou o Relatório de Governança do 4º Trimestre de 2025, onde foi submetido à apreciação do colegiado, tendo em vista sua relevância para o acompanhamento das ações de gestão e das práticas de governança do Instituto, sendo, após análise, foi devidamente aprovado por todos os conselheiros. No **item 3.4**, a Sra. Antônia Aguilera, Coordenadora de Auditoria, apresentou o Relatório de Auditoria 001/2026, realizado na Diretoria de Contabilidade e Orçamento. Foi apresentada a síntese do relatório, que teve como objetivo avaliar a regularidade, tempestividade e fidedignidade dos registros contábeis, em conformidade com as normas aplicáveis ao setor público. Foram destacados, dentre os principais achados, a necessidade de atualização do manual de procedimentos, inconsistências em controles patrimoniais, fragilidades no cadastro de contas contábeis, ausência de controle sistemático das demandas dos órgãos de fiscalização, deficiências na padronização das notas explicativas e a inexistência de indicadores de desempenho. Ressaltou-se que tais pontos podem impactar a confiabilidade das informações contábeis e o processo de prestação de contas, sendo recomendada a adoção de medidas de aprimoramento dos controles internos, rotinas e instrumentos de gestão. Por fim, consignou-se que, embora a área possua condições operacionais adequadas, há necessidade de aperfeiçoamento para fortalecimento da conformidade, transparência e qualidade das informações produzidas. A Sra. Giovanna Valladão, Controladora Interna, apresentou as manifestações da Diretoria de Contabilidade e Orçamento em resposta ao Relatório de Auditoria, destacando que o setor já se encontra em processo de implementação das melhorias recomendadas. Após a apresentação, o Conselheiro Charlson Rodrigues falou um pouco sobre a prestação de contas, destacando que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) utiliza o sistema SICOD para envio de comunicações oficiais. Ressaltou a importância de que o servidor responsável pelo acesso ao sistema o acompanhe regularmente, uma vez que os prazos passam a contar a partir do envio das mensagens. Alertou que a falta de monitoramento pode resultar na redução do prazo disponível para resposta ou até mesmo na perda de prazos. Além disso, informou que a Deliberação nº 277 passou por alterações neste ano, incluindo a criação de novos rela-


tórios a serem elaborados pelo Controle Interno. Nesse sentido, mencionou que o TCE/RJ disponibilizou um curso específico sobre a referida deliberação, sugerindo que a equipe de Controle Interno participe da capacitação para esclarecimento de dúvidas decorrentes das mudanças. Em resposta, a Sra. Giovanna Valladão, informou que já realizou pesquisas sobre o tema e que aguarda a abertura de nova turma para participação no curso. Charlson acrescentou, ainda, que o TCE/RJ oferece um curso de contabilidade voltado para não contadores, o qual contribui significativamente para a compreensão da contabilidade aplicada ao setor público. Por fim, Carlos Renato destacou que a equipe de Controle Interno é proativa em relação às alterações nas deliberações do TCE/RJ, reforçando que há apoio institucional para a participação dos servidores em cursos de atualização. Por fim, passando para os **Informes**, o Sr. Carlos Renato informou sobre o Café do Pagamento do mês de março que será realizado no dia 30/03/2026 às 9h na sede do Instituto e que contará com apresentação da Secretaria de Saúde sobre a Campanha “Março Azul” e vacinação de Influenza; O segundo informe tratou de comunicar sobre a Audiência Pública do ANGRAPREV, onde foi encaminhado um Ofício para a Câmara Municipal de Vereadores de Angra dos Reis, solicitando o Plenário para a realização da referida audiência no dia 10/04/2026 às 14h. Informou ainda que a audiência tem como objetivo tratar da transparência, governança, investimentos e situação atuarial, funcionando como um momento formal de prestação de contas e diálogo com segurados e sociedade. Solicitou também a participação dos Conselheiros; O terceiro e último informe versou sobre o Seminário de Investimentos realizado pela APREMERJ, que acontecerá nos dias 27 e 28 de abril do corrente ano, no Município de Vassouras/RJ, disponibilizando o pagamento de inscrição para os conselheiros que desejarem participar do referido. Não havendo quem quisesse usar da palavra e nada mais havendo a tratar, o Sr. Carlos Renato Pereira Gonçalves, Diretor-Presidente, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Mayara do Nascimento Rosa, secretariei e lavrei a presente ata, às 16:35 (dezesesseis horas e trinta e cinco minutos), que após lida, será assinada pelos presentes.



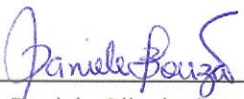
Carlos Renato Pereira Gonçalves
Certificação: CP RPPS DIRIG I



Mayara do Nascimento Rosa
Certificação: CP RPPS CGINV I / CP
RPPS DIRIG I



Charlson Haroldo S. Rodrigues
Certificação: CP RPPS CGINV I



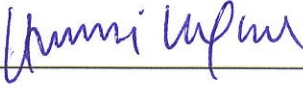
Daniele Oliveira Brandao de Souza
Certificação: CP RPPS DIRIG I



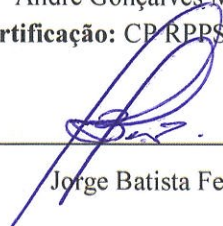
Natália Cristine Dourado Rodrigues
Certificação: CGRPPS



Mauro Ribeiro Garcia
Certificação: CGRPPS



André Gonçalves Malcher
Certificação: CP RPPS CODEL I



Jorge Batista Fernandes